

MP instaura inquérito para apurar sobrepreço em ciclovia na Av. Goiás

Preço pago em ciclovia chama atenção do MP em S. Caetano

Promotora enxerga indícios de sobrepreço em contrato de R\$ 20 mi da Prefeitura com a CLD

O Ministério Público instaurou inquérito para investigar indícios de sobrepreço na concorrência aberta pela Prefeitura de São Caetano para a construção de 12 quilômetros de ciclofaixa e 5,8 quilômetros de calçada verde na Avenida Goiás. Denúncia havia sido feita pelo vereador Edison Parra (Podemos) na sequência de reportagem do Diário sobre o assunto. A promotora Maria Fernanda de Lima Esteves sustenta a necessidade de averiguar de forma mais robusta as

denúncias do parlamentar. Segundo ela, é preciso apurar também possível "existência de itens supérfluos/desnecessários". O legislador procurou a Promotoria por causa do "valor espantoso" do contrato, conforme definiu. A CLD Construtora, Laços Detetores e Eletrônica Ltda vai faturar quase R\$ 20 milhões com o negócio. Em resposta ao MP, a empresa nega irregularidades; já o governo do prefeito José Auricchio Júnior (PSDB) contesta a análise do opositor. **Política 3**

MP instaura inquérito para apurar sobrepreço em ciclovia na Av. Goiás

Valor da construção da via e calçamento impermeável em obra da gestão Auricchio será formalmente investigada a partir de denúncia de Parra

WILSON GUARDIA
wilsonguardia@gtgabc.com.br

O Ministério Público do Estado de São Paulo aceitou denúncia apresentada pelo vereador Edison Parra (Podemos) sobre a obra contratada pela gestão do prefeito José Auricchio Júnior (PSDB) para a construção de 12 quilômetros de ciclofaixa e 5,8 quilômetros de calçada verde. Há suspeitas de irregularidades nas intervenções urbanas que acontecem na avenida Goiás.

A promotora de São Caetano, Maria Fernanda de Lima Esteves sustenta a necessidade de investigar de forma mais robusta as denúncias do parlamentar e instaura inquérito civil para, segundo ela, "apurar possíveis indicativos de sobrepreço ou existência de itens supérfluos/desnecessários envolvendo a Concorrência Pública nº 05/2022 da Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, na qual sagrou-se vencedora a empresa

CLD Construtora, Laços Detetores e Eletrônica Ltda."

A busca pela Justiça, segundo Parra, foi motivada pelo "valor espantoso" do contrato. A primeira reportagem sobre o assunto foi publicada pelo Diário, em março de 2023.

Dados oficiais da Prefeitura indicam que a construção do anel cicloviário interligando nove bairros, dos 15 da cidade, e as ciclofaixas já existentes nos eixos das avenidas Goiás, Presidente Kennedy e Guido Aliberti com o terminal rododotroviário e ao polo de desenvolvimento econômico e tecnológico do Espaço Cerâmica, serão despendidos R\$ 11.557.405,16.

Outra etapa da obra contempla a construção de calçadas verdes, acessíveis e permeáveis, sendo 2,9 quilômetros de cada lado da avenida Goiás, ao custo de R\$ 8.409.452,48. Deste total, a Prefeitura conta com R\$ 7.649.400,00 de empréstimo junto à Caixa. As duas inter-



SUSPEITAS. Promotora instalou inquérito para apurar possíveis indicativos de superfaturamento

venções juntas somam um total de R\$ 19.966.857,64.

Ainda segundo a promotora, a análise dos documentos e valores empenhados apontam o seguinte resultado: "os elementos agrupados no item

1.7 da planilha do edital, relacionados aos elementos de controle estatístico de usuários cadastrados, composto pelo fornecimento de central de processo, unidade leitora, transponder pedestre e trans-

ponder ciclista, e orçados em R\$ 1.365.500,00 não são itens obrigatórios ou indispensáveis ao funcionamento adequado e seguro da ciclovia.

Sobre a proposta vencedora do certame licitatório,

aponta-se divergências na composição do BDI, gerando distorções desfavoráveis ao erário público da ordem de R\$ 599.404,29 e ocorrência de sobrepreço nos itens de serviço relacionados ao piso drenante das calçadas verdes, da ordem de R\$1.404.859,84, configurando um total de R\$ 2.004.264,13", traz trecho do documento.

Em resposta à Promotoria, a empresa CLD Construtora, Laços Detetores e Eletrônica Ltda. nega irregularidades, já a gestão do prefeito Auricchio contesta a análise.

A promotora Maria Fernanda de Lima Esteves determinou apuração mais aprofundada sobre o caso e oficiou tanto a Prefeitura quanto a empresa para que apresentem as contrarrazões. No inquérito civil não há prazo estipulado.

A assessoria de Parra espera que até o final deste mês as respostas solicitadas pela promotora sejam apresentadas.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Pagina: 3